

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM PRÁTICAS EDUCACIONAIS EM CIÊNCIAS E
PLURALIDADE**

NATHÁLIA PRISCILA DOS SANTOS MARTINS

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO
PRETO: ANÁLISE DE DOCUMENTOS E FORMAÇÃO CONTINUADA**

DOIS VIZINHOS 2020



NATHÁLIA PRISCILA DOS SANTOS MARTINS

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO
PRETO: ANÁLISE DE DOCUMENTOS E FORMAÇÃO CONTINUADA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Práticas Educacionais em Ciências e Pluralidade, da Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Luciana Boemer César Pereira

DOIS VIZINHOS 2020

	<p>Ministério da Educação UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ CÂMPUS DOIS VIZINHOS Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação Especialização em Práticas Educacionais em Ciências e Pluralidade</p>	
---	---	---

FOLHA DE APROVAÇÃO

Monografia

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO: ANÁLISE DE DOCUMENTOS E FORMAÇÃO CONTINUADA

Por

Nathália Priscila dos Santos Martins

Este trabalho de conclusão de curso foi apresentado às **13:30 horas** de **08 de outubro de 2020**, como requisito parcial para a obtenção do título de ESPECIALISTA EM PRÁTICAS EDUCACIONAIS EM CIÊNCIAS E PLURALIDADE, Programa de Pós-Graduação em Práticas Educacionais em Ciências e Pluralidade. A candidata foi arguida pela Banca Examinadora, composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho APROVADO.

Prof. Dra. Samara Ernandes Adamczuk
(UTFPR)

Prof. Dra. Mara Luciane Kovalski
(UTFPR)

Prof. Dra. Luciana Boemer Cesar Pereira
(UTFPR) – *Orientadora*

Prof. Dra. Samara Ernandes Adamczuk
(UTFPR)

Coordenador(a) do PPGPECP

A FOLHA DE APROVAÇÃO ASSINADA ENCONTRA-SE NO DEPARTAMENTO DE
REGISTROS ACADÊMICOS DA UTFPR – DOIS VIZINHOS

Dedico este trabalho aos amores da
minha vida, Lívia e Hugo.
E à minha querida mãe que venceu a
COVID-19.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora Prof^a. Dr^a. Luciana Boemer Cesar Pereira, pela sabedoria com que me guiou nesta trajetória e pela força que me deu nos momentos que pensei em desistir e que achei que não iria conseguir.

À minha filha que ajudou demais com questões de informática.

Ao meu marido por toda paciência e apoio aos meus estudos.

À minha amiga Maria Clara com quem percorri todo esse curso.

Aos meus colegas de trabalho que durante todo o curso estiveram presentes me apoiando.

À gestão das escolas que se dispuseram a disponibilizar seus Projetos Escolares para serem analisados neste trabalho.

A todos os professores que se dispuseram a responder o questionário.

Enfim, a todos os que por algum motivo contribuíram para a realização desta pesquisa.

Qual a separação que existe entre o ser humano e o meio ambiente, se a todo momento o ser humano aspira para o seu interior o ar que circunda, ingere a água que bebe, o alimento que come, exterioriza e interioriza sentimentos para com outra pessoa, uma flor, um animal, uma paisagem? Uma relação intrínseca e vital com o ambiente.(GUIMARÃES, p.31, 1995)

RESUMO

MARTINS, Nathália Priscila dos Santos. **Educação Ambiental no município de São José do Rio Preto**: análise de documentos e formação continuada. 41 f. Monografia (Especialização em Práticas Educacionais em Ciências e Pluralidade) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Dois Vizinhos, 2020.

Este trabalho verificou como se dá a educação ambiental nos anos iniciais do Ensino Fundamental no município de São José do Rio Preto – SP e como as Leis ambientais chegam até a escola. Para isso, como aporte teórico foi realizada a retomada do surgimento da Educação Ambiental no Brasil e alguns apontamentos sobre a formação continuada. As etapas da pesquisa se deram da seguinte forma: inicialmente se realizou uma análise documental a partir de documentos oficiais de São José do Rio Preto; na sequência foi realizada a aplicação de um questionário, o qual alcançou trinta e cinco professores da rede municipal de São José do Rio Preto, e as respostas ao questionário foram analisadas dentro da perspectiva da pesquisa qualitativa, do tipo exploratório descritiva. Em seguida é apresentado os Projetos Ambientais desenvolvidos nas duas escolas municipais que disponibilizaram seus Planos Escolares para análise neste trabalho; e por fim, foi realizada a análise dos dados obtidos com o questionário. Concluiu-se com este trabalho que as Leis são indutoras de mudanças no ambiente escolar e que o município de São José do Rio Preto necessita investir na formação de professores na área ambiental e na troca de experiência entre as escolas quanto aos Projetos Ambientais desenvolvidos.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Documentos. Formação de Professores.

ABSTRACT

MARTINS, Nathália Priscila dos Santos. Environmental Education in the municipality of São José do Rio Preto: document analysis and continuing education. 41 f. Monograph (Specialization in Educational Practices in Science and Plurality) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Two Neighbors, 2020.

This work verified how environmental education is given in the early years of elementary school in the municipality of São José do Rio Preto - SP and how environmental laws get to school. For this, as a theoretical contribution, the resumption of the emergence of Environmental Education in Brazil and also some notes on continuing education were made. The stages of the research were as follows: initially a documental analysis was carried out based on official documents from São José do Rio Preto; in the sequence a questionnaire was applied, which reached thirty-five teachers from the municipal network of São José do Rio Preto, and the answers to the questionnaire were analyzed from the perspective of qualitative research, of the descriptive exploratory type. Next, the Environmental Projects developed in the two municipal schools that made their School Plans available for analysis in this work were presented; and finally, the data obtained from the questionnaire was analyzed. It was concluded with this work that the Laws are inducing changes in the school environment and that the municipality of São José do Rio Preto needs to invest in the training of teachers in the environmental area and the exchange of experience between schools regarding the Environmental Projects developed.

Keywords: Environmental Education. Official documents. Teachers.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS

GRÁFICO 1- ANO EM QUE O DOCENTE ATUA NO ENSINO FUNDAMENTAL EM 2020	29
GRÁFICO 2 -TEMPO DE EXPERIÊNCIA DOCENTE NA REDE MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	30
GRÁFICO 3- FORMAÇÃO CONTINUADA COM A TEMÁTICA AMBIENTAL.....	30
GRÁFICO 4- REALIZAÇÃO DE CURSO NA TEMÁTICA AMBIENTAL POR CONTA PRÓPRIA.....	31
GRÁFICO 5 – COBRANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO DA TEMÁTICA AMBIENTAL EM SALA DE AULA	35

TABELA

TABELA 1 - TEMA AMBIENTAL MAIS DIFÍCIL DE SER ABORDADO NO ANO EM QUE O PROFESSOR LECIONA	34
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL	16
3 FORMAÇÃO CONTINUADA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	18
4 CAMINHOS METODOLÓGICOS	21
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	21
4.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA E CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL	22
4.3 ANÁLISE DE DADOS	22
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	24
5.1 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO: ANÁLISE DOS PLANOS ESCOLARES	24
5.2 PROJETOS AMBIENTAIS PRESENTE NOS PLANOS ANALISADOS	28
5.3 OS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO E A TEMÁTICA AMBIENTAL.....	29
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	38
APÊNDICE A - Questionário sobre o desenvolvimento de Projetos Ambientais realizados em escolas	41

1 INTRODUÇÃO

Em 2006 ingressei no Curso de Licenciatura em Matemática, na Unesp de Ilha Solteira, onde fui bolsista PROEX-I e participei do Programa de Formação Permanente de Funcionários/EJA, no qual atuei como responsável por alfabetizar agricultores do Cinturão Verde da cidade. Foi nessa experiência e no contato com essas pessoas e histórias que decidi que meu caminho era ser alfabetizadora e desse modo o curso de matemática não seria o caminho.

No ano seguinte iniciei o Curso de Licenciatura em Pedagogia, na Unesp de São José do Rio Preto, formei-me em 2011 e em 2012 comecei a lecionar na Rede Municipal da cidade.

Como professora polivalente, preciso em minha prática ter conhecimento sobre as várias áreas do conhecimento – português, matemática, ciências, história, geografia, arte, educação física, ensino religioso -, e além de tudo isso, preciso me aperfeiçoar sempre. Dessa forma, em 2019, iniciei a Pós-graduação em Práticas Educacionais em Ciências e Pluralidade a qual intensificou minha reflexão sobre o que vinha acontecendo na própria Rede de educação na qual trabalho, a implementação da Agenda 2030. Surge neste panorama o tema do meu Projeto: Educação Ambiental.

Como professora minhas dúvidas, anseios e propostas são direcionados ao contexto escolar, a conseguir que a Educação Ambiental se faça presente e que provoque mudanças nas futuras e presentes gerações.

Em resposta a demanda da sociedade, cada vez mais capitalista, onde tudo é descartável é urgente a escola pensar em como educar os futuros adultos para poupar recursos e colaborar para a preservação ambiental.

Em uma sociedade cada dia mais consumista, onde tudo é descartável, é urgente a escola pensar em como educar as crianças para poupar recursos e colaborar para a preservação ambiental. No mais novo documento que regula o currículo nacional, a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), na área de Ciências da Natureza, tem em seu texto por diversas vezes as palavras: sustentabilidade, socioambiental, sustentáveis e bem comum, evidenciando uma nova preocupação, não tão nova, mas que hoje se faz necessária.

A Educação Ambiental quase sempre está nos planos pedagógicos das escolas, mas pode não ser trabalhada, seja por falta de formação dos professores, por falta de projetos escolares ou material didático.

Efftting (2007, p.75) na conclusão de sua monografia, após pesquisa e implementação do Projeto Educação Ambiental na Escola, afirma que: “estamos perdidos, longe de atuar como profissionais competentes (...), sem os conhecimentos básicos que nos permitam encaminhar essas discussões em salas de aula, escolas e sociedade”, e continua dizendo que todo o sistema escolar contribui para que a Educação Ambiental não seja efetiva, seja o currículo em grade, a falta de encontros de docentes para planejamento multidisciplinar.

Andrade (2000, p.6), corrobora apontando que:

[...] fatores como o tamanho da escola, número de alunos e de professores, predisposição destes professores em passar por um processo de treinamento, vontade da diretoria de realmente implementar um projeto ambiental que irá alterar a rotina na escola, além de fatores resultantes da integração dos acima citados e ainda outros, podem servir como obstáculos à implementação da Educação Ambiental. (ANDRADE, p.6, 2000)

Dessa forma, é necessário que o professor se envolva e acredite que a Educação Ambiental seja capaz de criar bons hábitos em nossas crianças, e esses hábitos possam contagiar seus familiares fazendo com que, agora e no futuro tenhamos um planeta melhor para se viver.

Foi neste cenário que surgiu algumas questões norteadoras deste trabalho: As Leis Ambientais, são indutoras de mudanças dentro das escolas? Como se dá a educação ambiental nos anos iniciais do Ensino Fundamental no município de São José do Rio Preto – SP?

Para responder estes questionamentos o objetivo geral traçado foi: Verificar como se dá a educação ambiental nos anos iniciais do Ensino Fundamental no município de São José do Rio Preto – SP e como as Leis ambientais chegam até a escola.

E alguns objetivos específicos também se fizeram pertinentes:

- Analisar o Plano Escolar de duas escolas do Município de São José do Rio Preto.
- Verificar a adequação dos Planos Escolares aos documentos oficiais municipais sobre Educação Ambiental;
- Colher informações dos professores sobre a Educação Ambiental.;

No primeiro capítulo apresenta-se a trajetória acadêmica e profissional da professora pesquisadora, a descrição de aspectos pertinentes ao tema, a problemática e os objetivos geral e específicos.

No segundo capítulo, é traçado um panorama sobre a Educação Ambiental no Brasil desde antes de sua institucionalização, passando por Leis, Decretos e Programas que regulam a Educação Ambiental no âmbito nacional.

O terceiro capítulo traz aspectos da formação continuada dos professores em Educação Ambiental e no quarto capítulo apresenta-se os Fundamentos e Procedimentos Metodológicos da pesquisa, a natureza, o local de aplicação, os participantes, os instrumentos de coleta e análise dos dados e as etapas da pesquisa.

O quinto capítulo apresenta os resultados e discussões a partir dos dados coletados nos questionários e nos documentos do município de São José do Rio Preto. Por fim, temos as considerações finais onde é respondida as questões norteadoras e realizadas algumas reflexões e para concluirmos são disponibilizados as referências bibliográficas e o apêndice com o questionário da pesquisa.

2 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

A Educação Ambiental no Brasil nasce antes da sua institucionalização pelo Governo Federal, de acordo com o texto do Programa Nacional de Educação Ambiental de 2005:

Além de artigos de brasileiros ilustres e de uma primeira legislação conservacionista já no século XIX e início do século XX, temos a existência de um persistente movimento conservacionista e, no início dos anos 70, ocorre a emergência de um ambientalismo que se une às lutas pelas liberdades democráticas, que se manifesta através da ação isolada de professores, estudantes e escolas, por meio de pequenas ações de organizações da sociedade civil ou mesmo de prefeituras municipais e governos estaduais com atividades educacionais relacionadas às ações voltadas à recuperação, conservação e melhoria do meio ambiente. Neste período também surgem os primeiros cursos de especialização em educação ambiental. (PRONEA, p.21 e 22, 2005)

O início da institucionalização da Educação Ambiental é feito a partir de 1973, quando no Poder Executivo foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente que tinha como uma de suas atribuições “o esclarecimento e a educação do povo brasileiro para o uso adequado dos recursos naturais, tendo em vista a conservação do meio ambiente”. (PRONEA, 2005).

No dia 31 de agosto de 1981, em âmbito federal é homologada a Lei nº 6.938 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Em seu Art. 2º, inciso X, a Política Nacional do Meio Ambiente coloca como um de seus princípios a “Educação Ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente”. (BRASIL, 1981, Art.2)

Em 1988 com a Constituição Federal, o inciso VI do artigo 225, indicava a necessidade de “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1988, Art.225).

Em 1989 com a Lei nº 7.735 foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA e o Fundo Nacional de Meio Ambiente através da Lei nº 7.797, que proporcionou o financiamento de variadas ações em educação ambiental realizadas por instituições públicas e sociedade civil a partir de 1990.

Em 1991 foi estabelecida a Comissão Interministerial para a preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92)

que “considerou a Educação Ambiental como um dos instrumentos da política ambiental brasileira”. No ano seguinte foi criado o Ministério do Meio Ambiente, e em julho desse mesmo ano, o IBAMA instituiu os Núcleos de Educação Ambiental em todas as suas superintendências estaduais, visando operacionalizar as ações educativas no processo de gestão ambiental na esfera estadual. (PRONEA, 2005, p. 23).

A partir das discussões da Rio-92 e do que previa a Constituição Federal criou-se em 1994 o Programa Nacional de Educação Ambiental, que continua a vigorar, foi também na Rio-92 que os países adotaram a Agenda21 que pretendia promover em todo o mundo um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI.

Em 1997 os Parâmetros Curriculares Nacionais, documento orientador dos currículos escolares, foram aprovados e trazia em seu texto o tema do meio ambiente para ser tratado de forma transversal.

Em 1999 foi criada a Lei 9.795/99, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui oficialmente a Política Nacional de Educação Ambiental e tem como princípios:

Art. 4º São princípios básicos da Educação Ambiental:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;

VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

(BRASIL, 1999)

Em 2012 houve a Rio+20 e a partir desta reunião de diversos países foi proposta a Agenda 2030, um compromisso político mundial para a sustentabilidade do planeta que vem influenciando municípios, estado e o governo federal na adequação de suas Leis a esta nova agenda.

A partir da institucionalização dessas Leis, Decretos e Programas ambientais temos o cenário ambiental brasileiro desta pesquisa.

3 FORMAÇÃO CONTINUADA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental vem se tornando um tema de grande relevância na pesquisa, sendo um tema de muitas discussões em palestras, encontros e congressos em diversos âmbitos.

Para Valduga e Dal-Farra (p.2, 2011), há muitos projetos sobre Educação Ambiental sendo realizado nas escolas, porém, nesses projetos falta a atuação dos professores junto aos alunos e à comunidade. Neste contexto, os autores ainda apontam que as escolas precisam transformar suas práticas para acompanhar e enfrentar os novos desafios. Para isso, sugerem o investimento em formação continuada de professores, “buscando a construção de práticas educativas que valorizem as experiências dos docentes e da comunidade do entorno da escola”.

Nesta perspectiva, a Lei Nº 9795/99 que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) tem papel fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas neste setor. E coloca em destaque a formação docente.

Segundo a PNEA no seu artigo 8º, § 2º:

A capacitação de recursos humanos voltar-se-á para:

I - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino;

II - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos profissionais de todas as áreas;

III - a preparação de profissionais orientados para as atividades de gestão ambiental;

IV - a formação, especialização e atualização de profissionais na área de meio ambiente;

V - o atendimento da demanda dos diversos segmentos da sociedade no que diz respeito à problemática ambiental, (BRASIL, 1999).

Mesmo com a Política Nacional de Educação Ambiental instituída em 1999 prevendo a formação docente inicial e continuada dos docentes na dimensão ambiental, Bonotto (2016, não paginado) em sua pesquisa com o tema Educação Ambiental e valores, constatou que tal formação não vem acontecendo com grande parcela dos docentes em exercício e que os que de algum modo tiveram contato com esses assuntos na formação inicial “reconhecem a necessidade de aprofundamento devido a sua complexidade”. Guerra e Orsi (2008, p.33) corroboram dizendo que a problemática da formação dos professores começa nas universidades: “estas foram um dos últimos espaços instituídos da sociedade em que a Educação Ambiental se

inseriu” e afirmam ainda que este fato “reflete e pode explicar a problemática da inserção da dimensão ambiental nos Projetos Político Pedagógicos das escolas”.

Nesta perspectiva, Carvalho (2001) propõe sobre a formação inicial e continuadas dos professores.

Os cursos de formação inicial dos professores desenvolvidos nas universidades poderiam investir em uma estrutura curricular muito mais flexível e dinâmica que facilitasse o tratamento das questões ambientais nos diferentes cursos de licenciatura por meio de experiências diversificadas e de uma abordagem que envolvesse os vários aspectos desse tema. [...] No caso das atividades de formação contínua, acredito não ser prudente a redução a determinadas modalidades de trabalho. Cabe às instituições responsáveis pela educação no país, em articulação com outros setores sociais, oferecer aos professores em serviço diferentes oportunidades e possibilidades de dar continuidade à sua formação. (CARVALHO, 2001, p.60)

Carvalho (2001, p.60), aponta que o primeiro passo para a inclusão da temática ambiental pela escola é o envolvimento do professor. Este, “além de sensibilizado e consciente da necessidade e da importância do tratamento dessa questão com seus alunos, deve estar preparado e instrumentalizado para enfrentar esse desafio”.

Dentro da complexidade que a formação inicial e continuada dos professores em Educação Ambiental está inserida, Valduga e Dal-Farra (2011, p.3), assinala que para melhorar a qualidade da educação que enfrenta as provocações deste mundo contemporâneo, é necessário que os docentes repensem suas práticas pedagógicas, e com este olhar “a formação docente precisa se constituir em processo permanente e com valorização profissional dos professores”, assim “a formação e a capacitação de docentes para a Educação Ambiental” tornam-se um “aspecto fundamental na educação básica brasileira”.

Carvalho (2001) afirma em seu artigo A Educação Ambiental e a formação de professores que “as possibilidades de envolvimento dos educadores nos processos de construção de seus conhecimentos e de suas opções metodológicas a partir de um processo reflexivo têm-se mostrado, particularmente, mais eficazes” dentro da formação continuada. O mesmo autor propõe que a formação inicial e continuada dos professores deve ser pautada pela “criatividade”, “flexibilidade” e “enriquecimento de experiências”.

Dias (2001), vai além sobre a formação dos professores em Educação Ambiental e afirma que capacitar em Educação Ambiental “significa dar às pessoas condições para fazer ligações, interconexões e buscar a visão do todo”.

Capacitar significa propiciar elementos que permitam aos capacitandos o desenvolvimento de uma visão crítica e autocrítica das suas realidades ecológica, econômica, social, política e cultural; que instrumentalize a identificação de problemas ambientais presentes e futuros e, ao mesmo tempo, identifique as alternativas de soluções e as formas de atuação em busca da melhoria e da manutenção da qualidade socioambiental. Significa propiciar condições para que possam tecer seus próprios diagnósticos, identificar prioridades e desenvolver projetos que atendam tais prioridades. Significa oferecer condições para que possam elaborar seus próprios recursos instrucionais e que enfatizem devidamente as atividades práticas e as experiências pessoais. Significa capacitar para a utilização dos elementos do metabolismo socioecossistêmico urbano para práticas interdisciplinares que levem à compreensão dos complexos processos culturais nos quais está imerso. (DIAS, p.73, 2001)

É esta visão do todo que fará com que o docente seja capaz de trabalhar em suas aulas os vários aspectos que envolvem a temática ambiental, que não é apenas da disciplina de ciências, mas um tema interdisciplinar, que afeta e é afetado pela política, economia, cultura e sociedade.

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta os caminhos metodológicos da pesquisa. Na primeira seção estão apresentadas as características da pesquisa. A seção 4.2 descreve os participantes da pesquisa, o local e suas características. Na seção 4.3 estão as etapas da pesquisa. E, por fim, na seção 4.4 está delineada a coleta de dados e a estrutura de análise dos dados.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A partir da Pesquisa Documental, foi utilizado os Planos Escolares de duas escolas da Rede Municipal de São José do Rio Preto - SP para analisar sua adequação a documentos oficiais municipais sobre Educação Ambiental.

Para Luvezute, Scheller & Bonotto (2015, p.58) “a pesquisa documental é aquela em que os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos, com o objetivo de extrair informações neles contidas, a fim de compreender um fenômeno”. Logo, o fenômeno que se pretende compreender é como a Educação Ambiental está presente nas escolas. Godoy (1995, p. 21-22) afirma que “os documentos constituem uma rica fonte de dados “além de serem uma “fonte não-reativa”.

Na sequência foi aplicado um questionário utilizando-se a plataforma *Google Forms*, enviado via *WhatsApp*, que alcançou trinta e cinco professores da Rede Municipal de São José do Rio Preto/SP, onde estão situadas as escolas na qual se teve acesso aos Planos Escolares, utilizando-se da pesquisa qualitativa, do tipo exploratório descritiva. Pesquisa Qualitativa, de acordo com Godoy (1995, p.21), é onde “o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas”. Já a exploratória, de acordo com (GIL, 1999; CERVO; BERVIAN, 2002 apud, SILVA, 2014, p.21) foi “desenvolvida com o objetivo de proporcionar visão geral acerca de determinado fato” e descritiva porque como (TRIVIÑOS, 1987, p.110 apud SILVA, 2014, p.22) afirma “pretende descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade”.

Com os dados coletados, por meio deste questionário, foi realizada uma análise refletindo sobre a Educação Ambiental e a percepção desta pelo professor da Educação Básica. Para Appolinário (2004, apud, PIMENTA, 2017, p.5), a pesquisa

aplicada permite “ao sujeito pesquisador delinear a sua investigação na perspectiva de resolver problemas identificados ou vivenciados na sociedade, em especial relacionado à sua atuação laboral”.

Por fim, pretende-se com esta análise responder às questões iniciais: As Leis Ambientais, são indutoras de mudanças dentro das escolas? Como se dá a educação ambiental nos anos iniciais do Ensino Fundamental no município de São José do Rio Preto – SP?

4.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA E CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL

Os dados foram coletados através de um questionário (Apêndice A), que foi respondido por professores, por meio de documentos municipais acessados na plataforma online da Secretaria da Educação <https://riopreto.demandanet.com/> e também por Planos Escolares disponibilizados pelas escolas que fizeram parte desse estudo.

O local escolhido foram duas escolas localizadas na região norte de São José do Rio Preto, região periférica da cidade, próxima a áreas verdes, terrenos baldios e córrego onde há descarte irregular de lixo e queimadas frequentes.

A Escola 1, localizada no bairro Jardim Maria Lúcia, criada em 1995, atende os anos iniciais do Ensino Fundamental, contando com trinta salas de aula parciais e tendo, em média, novecentos e cinquenta alunos regularmente matriculados por ano.

A Escola 2, localizada no bairro Jardim Belo Horizonte, criada em 1981, também atende os anos iniciais do Ensino Fundamental, contando com vinte salas de aula parciais e tendo em média uns seiscentos alunos por ano.

4.3 ANÁLISE DE DADOS

A análise de dados da primeira etapa foi documental, partindo da Lei Federal até chegar às Leis Municipais. Abaixo estão elencados as Leis e Decretos utilizados nessa etapa.

- Lei Federal 9.795/99 que criou a Política Nacional de Educação Ambiental;

- Lei Municipal 10.181/2008 que criou o Programa Municipal de Educação Ambiental;
- Decreto 18.124/2018 que regulamentou a Lei Municipal 10.181/2008;
- Decreto 17.792/17 que criou a Comissão Municipal para os objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Foi realizado um exame e uma retrospectiva de como tais Leis e Decretos influenciaram as Resoluções que estabelecem as Diretrizes, normas e prazos dos planos escolares da Rede Municipal de São José do Rio Preto/SP desde o ano 2012 até o ano de 2020.

Na segunda etapa os dados do questionário respondido por trinta e cinco professores da Rede Municipal foram analisados para se ter um panorama de como estes professores veem a Educação Ambiental em sua prática.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo aborda os resultados e discussões dos dados coletados por meio de questionários e dos planos de cada escola. Cada item foi analisado à luz dos pressupostos teóricos eminentes do referencial desta monografia.

5.1 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO: ANÁLISE DOS PLANOS ESCOLARES

A presente pesquisa foi realizada no Município de São José do Rio Preto, no estado de São Paulo, e traz como base além da Lei N.9.795/99 de abrangência nacional, a Lei Municipal Nº 10.181/2008 que institui o Programa Municipal de Educação Ambiental, modificada pela Lei Nº 10.819/2010, o Decreto Municipal Nº 18.124/2018 que regulamenta a Lei Nº 10.181/2008 e o Decreto Municipal Nº 17.792/2017 que cria a Comissão Municipal para os objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A Lei Nº 10.181/2008, diz em seu Art. 1º que tem o “objetivo de promover ações que visem à formação da consciência ecológica dos estudantes da rede pública municipal”, e para isto propõe no § 1º do Art. 2º “a participação de entidades não governamentais de proteção ao meio ambiente na realização das atividades que trata o Programa, sendo de competência do Poder Executivo, a execução e coordenação do Programa. Também diz em seu Art. 3º que:

Todas as unidades escolares do Município estabelecerão em seu plano de trabalho anual, número de horas suficientes para as discussões e a programação das atividades de Educação Ambiental a serem realizadas pela própria escola e/ou pelos professores de cada disciplina de forma transversal. (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2008)

No ano de 2017 foi publicado o Decreto nº 17.792/17 criando a Comissão Municipal para os objetivos de Desenvolvimento Sustentável, um colegiado integrado por diferentes órgãos da Prefeitura e membros da sociedade civil. No seu primeiro artigo é descrito sua finalidade: “internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, subscrita pela República Federativa do Brasil”.(SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2017)

Passaram-se dez anos, até que em 2018 é publicado o Decreto Nº18.124/2018 que regulamenta o Programa Municipal de Educação Ambiental, coincidência ou não, tanto a Lei como o Decreto foram assinados pelo mesmo prefeito em diferentes mandatos.

Neste decreto a coordenação do Programa Municipal de Educação Ambiental passa a ser das Secretarias Municipais de Educação, Cultura e do Meio Ambiente e Urbanismo que devem atuar de forma integrada, como descrito em seus Art. 1º e 2º, e não mais do Poder Executivo como mandava a Lei nº10.181/2008.

Em 2018 foi aprovado o Decreto nº 18.060/18 que criou a Comissão Municipal de Educação Ambiental, formada por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, com a função de elaborar, implementar e monitorar a Política Municipal de Educação Ambiental e o Programa de Educação Ambiental na Rede Municipal de Ensino e no Município.

Esta comissão elaborou o Programa Municipal de Educação Ambiental com duração de quatro anos onde consta um Plano de Ação e Mapeamento de Ações de Educação Ambiental que é revisado anualmente, o plano atual é de 2019.

Esse Plano propõe dez ações com objetivos gerais subdivididos em objetivos específicos.

A ação número 5 esclarece quanto à formação de professores em Educação Ambiental:

5. Formação continuada de educadores, educadoras, gestores e gestoras ambientais, no âmbito formal e não formal .

5.1 Realizar a formação continuada de educadores e educadoras com a participação das universidades, empresas, escolas e Secretarias Municipais, abordando, principalmente, as questões de desperdício de água, energia e alimentos, resíduos sólidos, uso de pontos de apoio, queimadas dentre outras questões ambientais. (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, PLANO DE AÇÃO E MAPEAMENTO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, p.3, 2019)

A ação número 8 esclarece quanto à Educação Ambiental nos Planos Escolares:

8. Incentivo a inclusão da dimensão ambiental nos Planos Escolares das instituições de ensino. 8.1 Acompanhamento anual da Resolução do Plano Escolar colocando o Programa de Educação Ambiental como anexo deste e os registros das ações no final do semestre e do ano no cronograma de acompanhamento. 8.2 Mapeamento das ações em Educação Ambiental nas Escolas Municipais. 8.3 Estímulo à efetiva

implementação dos projetos em educação ambiental construídos pela comunidade escolar, provenientes da Educação Infantil e Ensino. (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, PLANO DE AÇÃO E MAPEAMENTO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, p.4, 2019)

A ação número 7, esclarece quanto a materiais educativos e a Educação Ambiental:

7. Produção e apoio à elaboração de materiais educativos e didático pedagógicos
 7.1 Elaboração das Diretrizes de Educação Ambiental do Município. 7.2 Construção de materiais de apoio didático-pedagógico com membros das escolas produtoras das melhores iniciativas. 7.3 Estímulo ao desenvolvimento de ferramentas tecnológicas de trabalho com a Educação Ambiental. 7. Registro de sugestões de uso dos materiais já existentes (Maquetes, Jogo “Corrida contra o Aedes” e Jardim Sensorial). (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, PLANO DE AÇÃO E MAPEAMENTO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, p.4, 2019)

Em pesquisa no portal riopreto.demandanet.com/#, é possível encontrar as Resoluções que estabelecem as Diretrizes, normas e prazos que são publicadas anualmente para elaboração dos planos escolares por parte do grupo escolar.

Do ano de 2012 a 2017, todas as Resoluções tinham o mesmo texto para a condução da Educação Ambiental nas escolas, o que mudava apenas, e as vezes era a ordem do texto em relação ao número do artigo quando da publicação, a redação era a seguinte:

[...] as escolas deverão considerar, a partir de diagnósticos feito e dos recursos disponíveis, as seguintes diretrizes da Secretaria Municipal da Educação: [...]15. Desenvolvimento de Programas relacionados à área da Educação, tais como: Trânsito, Cultura, Educação Ambiental, Escola Saudável. [...] (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. RES.10/2017)

No ano de 2018 a Resolução mudou um pouco o texto, mas ainda sem dar respaldo à Educação Ambiental dentro das escolas. Apenas com o Decreto Nº 1.018/2018 que foi assinado em setembro, é possível observar a mudança na redação das Resoluções dos anos 2019 e 2020, uma vez que as Resoluções são publicadas sempre nos primeiros meses do ano letivo. As Resoluções 6/2019 e 2/2020 fundamentam o seguinte:

Artigo 5º - O Plano Escolar deverá conter: [...] 2. Programas e Projetos Institucionais que contemplem Educação Alimentar nas Escolas Municipais – Lei Municipal nº 12.929/2018, Decreto Municipal nº 18.106/2018, Justiça Restaurativa – Lei Municipal nº 12.977/2018, Implementação da Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável do Milênio (ODS), Decreto Municipal nº 17.792/2017 e Decreto Municipal nº 17.969/2018 e Programa Municipal de Educação Ambiental - Leis Municipais nº 10.181/2008 e nº 10.819/2010 e Decreto Municipal nº 18.124/2018.
[...] (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. RES.6/2019)

Conseqüentemente, após o Decreto nº 18.060/18 e sua influência nas Resoluções da Secretaria Municipal de Educação, que dão diretrizes para a formulação do Planos Escolares de toda a rede municipal, os Planos também se adequaram a legislação ambiental municipal, agora presente também nas Resoluções.

Continuando na busca por evidenciar o quanto as Leis Ambientais influenciam a Educação Ambiental nas escolas, teve-se acesso a Planos de 2016, 2017, 2018 e 2019 da Escola 1 e todos os planos analisados adequavam-se às Resoluções publicadas, trazendo em seu texto pelo menos um Projeto na temática ambiental ao qual se repetia em todos esses anos, porém importante notar que no ano de 2019, após mudança nas Resoluções, o Projeto da escola também foi reformulado com base na legislação ambiental municipal.

A Escola 2 disponibilizou o Plano Escolar do ano de 2019 o qual se adequava às Resoluções, também com um Projeto na temática ambiental. Neste caso, não foi possível comparar Projetos de anos anteriores, uma vez que não se teve acesso a outros planos.

Os Planos Escolares 2020 das duas escolas estão em formulação devido à pandemia da COVID-19.

Diante das leituras e análises construídas, é possível observar que as Leis foram importantes indutoras na adequação dos Planos Escolares, em busca da concretização da Educação Ambiental dentro do ambiente escolar.

Porém, as escolas carecem de ir além da adequação às Leis e Decretos, Libâneo (1990, p.222) nos lembra que planejar “é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social”, sendo assim os Planos Escolares precisam refletir situações reais e os Projetos Ambientais necessitam abordar problemáticas da comunidade escolar buscando construir respostas aos problemas ambientais.

5.2 PROJETOS AMBIENTAIS PRESENTE NOS PLANOS ANALISADOS

A ESCOLA 1, já descrita neste trabalho, tem em seu Plano Escolar o Projeto intitulado “Meio Ambiente”. O objetivo deste Projeto é “envolver a comunidade escolar em parcerias em busca de atuação ambiental efetiva” e para alcançar tal objetivo além do desenvolvimento de atividades nas aulas de ciências propõe:

- [...]- parceria com a Secretaria do Meio Ambiente, [...] para orientação em relação aos cuidados e catalogação das mudas já plantadas em nossa unidade escolar, durante a realização de projetos ambientais anteriores;
- Visita monitorada ao Parque Ecológico Danilo Santos de Miranda, com a parceria da coordenação do parque para o estudo do meio das espécies encontradas lá, o processo de catalogação (que pretendemos realizar na escola também);
- Observação e cuidado com as mudas plantadas na escola;
- Observação e cuidado com o próprio material escolar, como ação primeira de cuidado com o meio ambiente. (ESCOLA 1, PLANO ESCOLAR, 2019)

A ESCOLA 2, também já descrita, tem em seu Plano Escolar relacionadas atividades na temática ambiental como a “racionalização de água e energia elétrica”, o recolhimento de lacres de latinhas e tampinhas “para destinar recursos a entidades de proteção aos animais”, a proposta de continuar sendo “ponto de coleta para o descarte adequado de pilhas e baterias” e o “Projeto “Transforme lixo em livros”. O objetivo deste Projeto é:

- Promover atitudes positivas nas relações dos alunos na coletividade, visando a responsabilidade pelos atos e escolhas pessoais.
- Desenvolver estudo sobre os resíduos que são produzidos no interior de uma casa, ao se consumir produtos industrializados.
- Destinar corretamente os resíduos amenizando os danos ao meio ambiente.
- Reduzir a produção de resíduos.
- Propiciar a mudança de comportamento da comunidade no que se refere ao descarte consciente dos materiais que poluem o meio ambiente.
- Proporcionar reflexões sobre as atitudes diante do consumo e do comércio de produtos.
- Evidenciar a proposta dos R: reduzir, reutilizar, reciclar, reeducar. (ESCOLA 2, PLANO ESCOLAR, 2019)

O projeto tem suas fases e atividades bem descritas no plano, facilitando sua execução por parte dos professores.

Podemos notar que a utilização de Projetos para a abordagem da temática ambiental é consenso entre as escolas pesquisadas. De acordo com Kovalski (2015, p.62) “por meio de projetos, torna-se possível uma aprendizagem mais significativa e

ligada à realidade dos alunos” a autora ainda afirma que “a articulação entre escola, meio ambiente, realidade local e problemas ambientais tem, cada vez mais, surtido resultados positivos na busca pela desfragmentação do conhecimento em diversas áreas”.

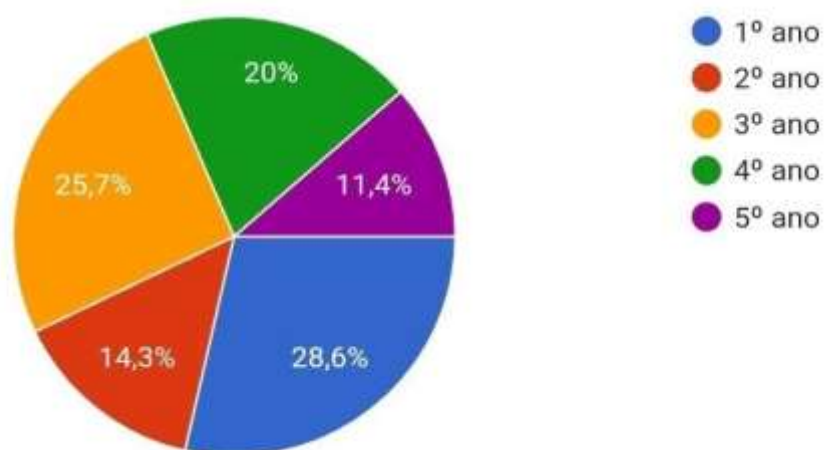
Com a leitura dos projetos destas escolas, foi possível observar o quão diversificado são as práticas ambientais dentro de uma mesma rede de ensino, e pensar em como seria rico se houvesse espaço para troca de práticas ambientais entre as escolas.

5.3 OS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO E A TEMÁTICA AMBIENTAL

O formulário criado com a ferramenta *Google Forms* foi enviado ao grupo de *WhatsApp* das escolas participantes e também reenviado pelo *WhatsApp* para outros professores durante um período de 30 dias.

Com o questionário alcançou-se trinta e cinco professores da rede municipal de São José do Rio Preto distribuídos por todos os anos iniciais do Ensino Fundamental, abaixo o Gráfico 1 mostra a porcentagem de professores por ano:

Gráfico 1- Ano em que o docente atua no Ensino Fundamental em 2020

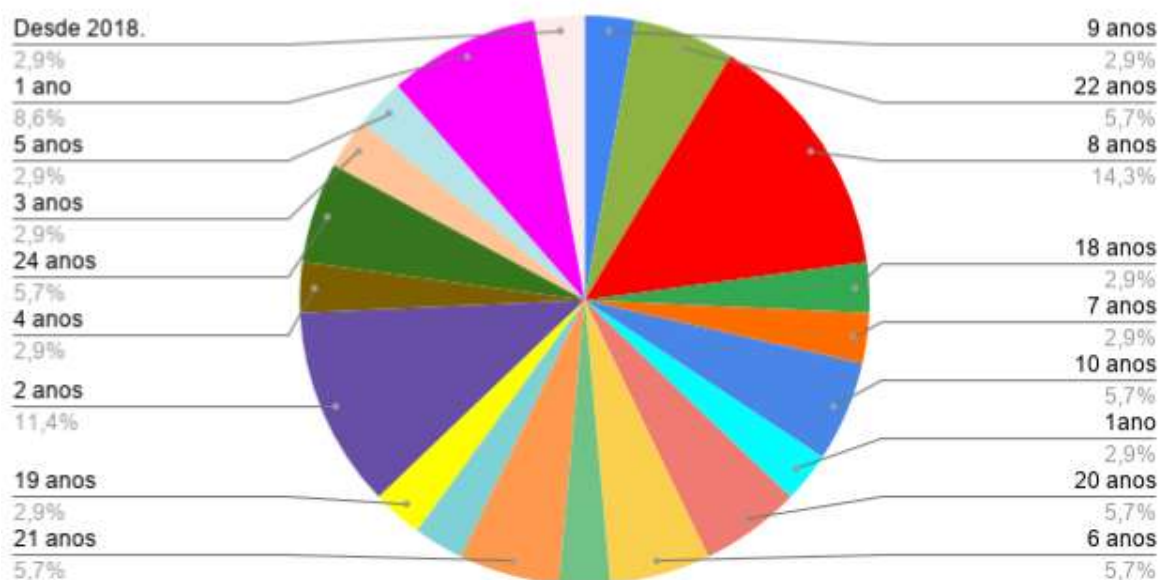


Fonte: Gráfico gerado pelo *Google Forms*, 2020.

Responderam à pesquisa professores com uma experiência que varia de um a vinte quatro anos lecionando no Sistema Municipal de Ensino de São José do Rio

Preto. A seguir, no Gráfico 2, estão as informações sobre o tempo de experiência no ensino municipal.

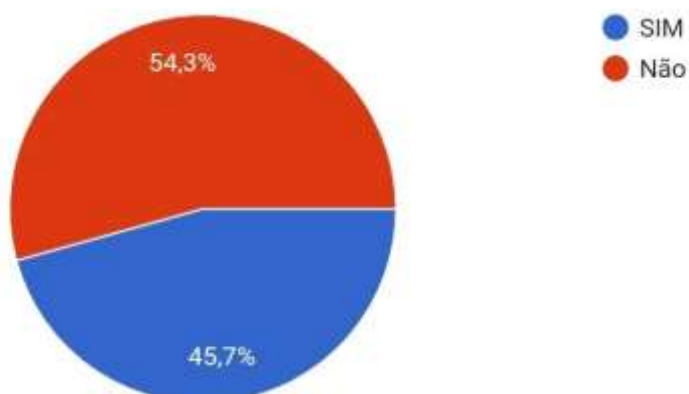
Gráfico 2 -Tempo de experiência docente na Rede Municipal de São José do Rio Preto



Fonte: Gráfico criado pela autora, 2020.

Podemos perceber que há uma grande amplitude de anos de experiência dos professores na mesma rede de ensino. No Gráfico 3 e 4, temos um panorama sobre a formação desses professores dentro da temática ambiental.

Gráfico 3- Formação continuada com a temática ambiental

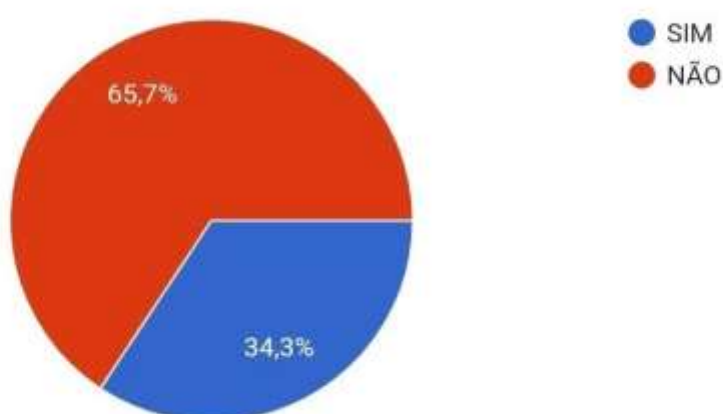


Fonte: Gráfico gerado pelo Google Forms, 2020.

Os professores responderam em sua maioria que a Secretaria Municipal de Educação de São José do Rio Preto não ofereceu curso ou formação continuada com a temática ambiental.

Nesta perspectiva, os professores também foram questionados se já fizeram curso na temática ambiental por conta própria, mas, afirmaram em sua maioria que não fizeram, como mostra o Gráfico 4.

Gráfico 4- Realização de curso na temática ambiental por conta própria



Fonte: Gráfico gerado pelo *Google Forms*, 2020.

Mesmo a maioria dos professores respondendo não terem feito curso na área ambiental por conta própria, 100% deles afirmaram desenvolver a temática em sala de aula.

A partir das respostas dos professores é possível notar que o município mesmo com o Programa Ambiental instituído há alguns anos, não vem oferecendo formação docente dentro da temática ambiental de forma sistemática, atingindo todos os docentes da rede, uma vez que a maioria disse que o município não ofereceu tal formação.

Sobre a formação docente na temática ambiental, os Parâmetros Curriculares Nacionais – Meio Ambiente e Saúde, documento orientador do currículo escolar nacional, já afirmavam em 1997, que o professor precisaria aprofundar seus conhecimentos nesta área, pelos motivos abaixo:

“Para tê-los disponíveis ao abordar assuntos gerais ou específicos de cada disciplina, vendo-os não só do modo analítico tradicional, parte por parte, mas em suas interações sistêmicas, nas inter-relações com outras áreas, compondo um todo mais amplo, inclusive nos seus aspectos estritamente ambientais; para que ele tenha maior facilidade em identificar

oportunidades para tratar dos assuntos de modo transversal e integrado, evidenciar as interrelações dos fatores, discutir os aspectos éticos (valores e atitudes envolvidos) e apreciar os aspectos estéticos (percepção e reconhecimento do que agrada a vista, a audição, o paladar, o tato; de harmonias, simetrias e outros elementos estéticos presentes nos objetos ou paisagens observadas, nas formas de expressão cultural, etc.). (BRASIL, p.54, 1997)

Morais (2017, p.2) explanando sobre a formação docente dentro do contexto de constante mudança da Educação Ambiental, afirma: “é necessário que os profissionais da educação participem de cursos de aperfeiçoamento, procurando a melhor qualificação para desenvolver o seu papel, enquanto mediador do conhecimento”.

Desde os Parâmetros Curriculares Nacionais – Meio Ambiente e Saúde, a proposta era que a temática ambiental estivesse presente de forma transversal no currículo escolar.

“Os conteúdos de Meio Ambiente serão integrados ao currículo através da transversalidade, pois serão tratados nas diversas áreas do conhecimento, de modo a impregnar toda a prática educativa e, ao mesmo tempo, criar uma visão global e abrangente da questão ambiental”. (BRASIL, p.36, 1997)

Foi perguntado aos professores em qual disciplina eles abordam a temática ambiental. Das trinta e cinco respostas obtidas, cinco delas dizem abordar a temática ambiental apenas na disciplina de Ciências, as outras trinta respostas, dividem-se assim: três delas lembram literalmente que a temática é transversal, uma cita a interdisciplinaridade e todas citam ciências e outras disciplinas conjuntamente.

Para Valduga e Dal-Farra (2011, p.3), é importante “abordar a Educação Ambiental num contexto de interdisciplinaridade, atuando não somente no campo biológico, mas também nos âmbitos ético, político, econômico e social”. Neste sentido os autores afirmam:

Com esse propósito faz-se necessário construir práticas educativas nas quais possam ser discutidas, analisadas e avaliadas as relações do ser humano com o ambiente, partindo do contexto no qual o aluno está inserido. É interessante que este tema esteja presente em todas as disciplinas, e que estas trabalhem em função do desenvolvimento do ser humano e sua relação com o meio ambiente de forma significativa. (VALDUGA e DAL-FARRA, 2011, p. 03).

Apesar da maioria dos professores responderem abordar a Educação Ambiental em mais de uma disciplina, concordamos com Compiani (2001, p43)

quando afirma que “as escolas públicas não estão minimamente preparadas para uma estrutura pedagógica que trate o ensino de forma interdisciplinar”.

Tão fragmentado como o ensino por disciplinas tradicionais é o dia-a-dia pedagógico de uma escola. Não há uma cultura de tratamento interdisciplinar nem na formação inicial de qualquer docente nem na vida escolar. Há experiências de desenvolvimento profissional de docentes introduzindo essa cultura e transformando as práticas escolares, mas esbarrando na estrutura estática e burocrática das escolas. (COMPIANI, p.44, 2001)

Na sétima questão, foi pedido para que os professores descrevessem uma atividade de Educação Ambiental que costumam realizar. Neste item, obteve-se trinta e duas respostas diferentes, em vinte e cinco destas respostas é citado os termos: “reciclável”, “reciclagem” ou “lixo”, demonstrando uma temática recorrente entre os professores, talvez porque o lixo seja o produto de todas as nossas ações, tudo o que fazemos e consumimos gera resíduo e a preocupação em dar destino ao lixo faça esse tema circular nas salas de aula. Alencar (2005, p.104) afirma que “no âmbito educacional a reciclagem gera oportunidades de mobilização e participação comunitárias, desenvolvendo nos cidadãos a consciência ambiental e uma atitude de responsabilidade em relação ao lixo por eles gerado”. A “preservação ambiental”, o “cuidado ambiental” ou a “conservação dos recursos naturais” também foram termos citados pelos professores ao descreverem qual atividade realizavam com seus alunos com a temática ambiental.

Ainda, neste contexto, os professores foram questionados sobre qual temática ambiental eles acreditavam ser a mais difícil de abordar no ano em que lecionam, a grande maioria dos professores responderam ser o tema “Racionalização de água e energia”, seguido por “Preservação Ambiental (cuidado com plantas).

Essa dificuldade pode se dar pela falta de formação inicial e continuada dos professores em Educação Ambiental, Kovalski (2015, p.55), em sua tese diz que “ainda há muito que se melhorar em relação aos materiais e recursos instrucionais destinados aos professores, referentes ao Meio Ambiente e à Educação Ambiental”.

Abaixo a Tabela 1 mostra os temas em que os professores disseram ter mais dificuldade de abordar:

Tabela 1 - Tema ambiental mais difícil de ser abordado no ano em que o professor leciona

TEMA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Racionalização de água e energia	16	45,7%
Preservação ambiental (cuidado com plantas e animais)	9	25,7%
Lixo (coleta seletiva, reciclagem, diminuição de resíduos)	8	22,9%

Fonte: Tabela criada pela autora, 2020.

Além dos que assinalaram ter dificuldade nas temáticas apresentadas acima, tivemos duas outras respostas transcritas abaixo:

“O tema é bem aceito, na faixa etária que atuo os alunos já tem discernimento do que é certo e errado. Alunos se envolvem bastante nessas questões, pois trabalhamos de modo mais dinâmico, tornando a atividade prazerosa”. (PROFESSOR 1)

“As crianças compreendem as atividades e temas abordados, mas na prática, muitas não mudamos hábitos, como o simples ato de jogar lixo no chão, muitos não entendem a importância de pequenos atos, crescem com maus exemplos, imersos na cultura que relativiza os problemas, culpam sempre o outro e não assume a responsabilidade pra si”. (PROFESSOR 2)

Mesmo o tema reciclagem/lixo sendo citado por diversos professores como sendo trabalhado, na questão sete, ele mais uma vez aparece aqui, agora como sendo o terceiro mais difícil de ser abordado com os alunos, revelando assim a falta de formação ou insegurança dos professores em trabalhar tal temática.

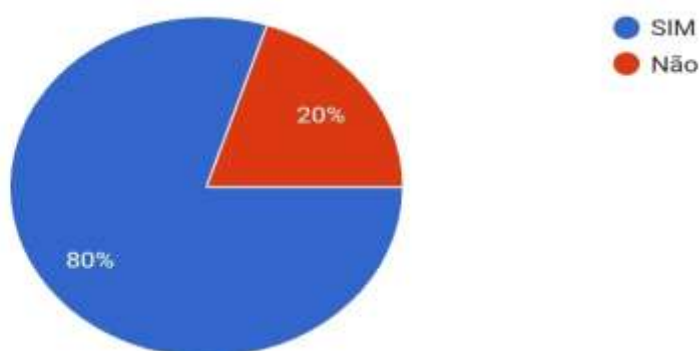
Ainda sobre a formação dos professores, Moraes (2017) afirma:

A formação do professor é de extrema importância para que o mesmo trabalhe com segurança qualitativamente para gerar nos educandos conceitos de responsabilidade ecológica, possibilitando um ensino que vise à transformação do educando para um pensamento crítico e responsável de sua ação. (MORAIS, 2017, p.10)

Quando perguntados sobre se há cobrança e quem faz a cobrança para o desenvolvimento da temática ambiental em sala de aula, os professores concordaram em sua maioria, 80% que há cobrança de seus superiores para que a Educação Ambiental esteja presente em suas aulas e que esta cobrança é exercida por diferentes atores, como: coordenação, direção, supervisão, Secretaria Municipal da Educação, governo, Plano Escolar, Plano de Ensino, currículo etc, também houve

professores que disseram não receber tal cobrança ou que neste momento não estava recebendo cobrança, talvez porque a pesquisa aconteceu em maio de 2020, durante a Pandemia e as aulas estavam sendo remotas. Para 100% dos professores entrevistados as Leis ambientais são necessárias. Abaixo, o Gráfico 5 demonstra a resposta dos professores quanto à cobrança recebida para desenvolver a temática ambiental.

Gráfico 5 – Cobrança para o desenvolvimento da temática ambiental em sala de aula



Fonte: Gráfico gerado pelo *Google Forms*, 2020.

Para terminar o questionário, foi proposta uma pergunta aberta, que não foi de resposta obrigatória, onde os professores poderiam colocar suas sugestões ou dúvidas. Na sequência está transcrito todas as contribuições e sugestões dos professores:

“Disponibilizar mais cursos e oportunidades para os alunos vivenciarem atividades pautadas em Educação Ambiental”.
(PROFESSOR 1)

“Acredito ser de extrema importância o papel da educação ambiental em todos os níveis da educação e, principalmente para a consciência do que ela representa para a sociedade e cultura do país”.
(PROFESSOR 2).

“Haver coleta seletiva de lixo em todo o espaço escolar”.
(PROFESSOR 3)

“Penso que seria importante para aumentar a conscientização divulgar mais bons projetos de conservação ambiental nas escolas e mídias jornalísticas”. (PROFESSOR 4)

Em suas sugestões os professores demonstram uma preocupação ambiental, partindo do contexto local, quando ponderam sobre ter “coleta seletiva em todo o

espaço escolar” e ampliam a visão ao dizer que a “Educação Ambiental é de extrema importância para a sociedade e cultura do país”.

Valduga e Dal-farra (2011) sobre a vivência de práticas pedagógicas locais, corroboram:

“As vivências locais e a construção de práticas pedagógicas coadunadas com as necessidades da comunidade e tendo a escola como um centro irradiador das ações, representam um ponto crucial na formação dos estudantes que pensem o ambiente em que vivem e busquem soluções para as questões que emergem no seu entorno. (VALDUGA e DAL-FARRA, 2011, p. 09).

Uma outra contribuição importante é a sugestão em “divulgar mais bons projetos de conservação ambiental nas escolas e mídias jornalísticas” e “mais cursos e oportunidades para os alunos” dentro da temática ambiental.

Para Nóvoa (1997, p.26) apud Guerra e Orsi (2008, p.30) “A troca de experiências e a partilha de saberes consolidam espaços de formação mútua, nos quais cada professor é chamado a desempenhar, simultaneamente, o papel de formador e de formando”. As sugestões e pedidos dos professores evidenciam a necessidade do professor em trocar experiências e receber formação, aumentando suas possibilidades de trabalho com o tema ambiental.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho foi possível observar como as Leis Ambientais, que surgem em âmbito mundial como a Agenda2030 se refletem nas Leis Federais, Estaduais, Municipais até chegar aos documentos escolares, como as Resoluções e os Planos Escolares, documentos oficiais das escolas que guiam o trabalho docente em sala de aula, assim concluindo que tais Leis são indutoras de mudanças no ambiente escolar.

Nota-se que o município de São José do Rio Preto precisa oferecer formação na área ambiental para seus professores de forma sistemática, abrangendo todos os professores da rede, para que além da consciência ambiental eles tenham conhecimento e segurança em trabalhar temáticas desta área da educação que é abrangente e de extrema importância para o futuro do planeta.

Necessário também que os Projetos desenvolvidos pelas escolas sejam compartilhados, para que aconteça troca de experiências e integração das ações das escolas em relação a Educação Ambiental.

Espera-se, com este trabalho, uma reflexão sobre a importância da formação continuada dos professores em Educação Ambiental, para que esta seja efetiva no ambiente escolar e ultrapasse os muros das escolas chegando às casas dos educandos e levando a conscientização ambiental para todos.

Sugerimos a criação de um grupo de estudo intersetorial, com apoio das universidades para formular uma proposta de formação continuada em Educação Ambiental, dos professores dos anos iniciais da Rede Municipal de São José do Rio Preto.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, M.M.M. **Reciclagem de lixo numa escola pública do município de Salvador**. Candombá – Revista Virtual, v. 1, n. 2, 96-113, 2005. Disponível em < <http://revistas.unijorge.edu.br/candomba/2005-1n2/pdfs/MarileiaAlencar2005v1n2.pdf> > Acesso em 12 de outubro de 2020.

ANDRADE, D. F. **Implementação da Educação Ambiental em escolas: uma reflexão**. In: Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 4.out/nov/dez 2000 Disponível em < https://www.researchgate.net/publication/267507234_Implementacao_da_Educacao_Ambiental_em_Escolas_uma_reflexao > Acesso em 10 de maio de 2020.

BONOTTO, Dalva Maria Bianchini, CARVALHO, Maria B. Sarti da Silva (Org.). **Educação ambiental e valores na escola: buscando espaços, investindo em novos tempos**. SciELO - Editora UNESP, 2016. Não paginado. Edição do Kindle.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: D.O. 5 de outubro de 1988. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > Acesso em 6 de abril de 2020.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : meio ambiente, saúde**. 3ªed. Brasília: MEC/SEF: 1997. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro091.pdf> > Acesso em 11 de outubro de 2020.

_____. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Lei número 9.795, de 27 de abril de 1999. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm>. Acesso em 15 de junho de 2019.

_____. **Política Nacional do Meio Ambiente**. Lei número 6.938, de 31 de agosto de 1981. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm > Acesso em 19/06/2020.

_____. Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação. **Programa Nacional de Educação Ambiental**. Brasília: MMA e MEC, 2005. 3ª Ed. 102p. Disponível em < <https://www.mma.gov.br/publicacoes/educacao-ambiental/category/98-pronea.html> > Acesso em 8 de maio de 2020.

CARVALHO, Luiz Marcelo de. **A Educação Ambiental e a formação de professores**. In: **Panorama da educação ambiental no ensino fundamental /** Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC; SEF, 2001. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/panorama.pdf> > Acesso em 13 de setembro de 2020.

COMPIANI, Maurício. **Contribuição para reflexões sobre o panorama da Educação Ambiental no ensino formal**. In: Panorama da educação ambiental no ensino fundamental / Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC; SEF, 2001. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/panorama.pdf> > Acesso em 13 de setembro de 2020.

DAL-FARRA, Rossano André; VALDUGA, Mariela. **Formação Docente Continuada e Educação Ambiental: construindo práticas compartilhadas**. 2011. Disponível em < <http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viiienepec/resumos/R0868-3.pdf> > Acesso em 13 de setembro 2020.

DIAS, Genebaldo Freire. **A situação da Educação Ambiental no Brasil é fractal**. In: Panorama da educação ambiental no ensino fundamental / Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC; SEF, 2001. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/panorama.pdf> > Acesso em 13 de setembro de 2020.

EFFTING, T. R. **Educação Ambiental nas Escolas Públicas: Realidade e Desafios**. Marechal Cândido Rondon, 2007. Monografia (Pós Graduação em “Latu Sensu” Planejamento Para o Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Marechal Cândido Rondon, 2007. Disponível em < <http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/autoresind/EducacaoAmbientalNasEscolasPublicasRealidadeEDesafios.pdf> > Acesso em 26 de março de 2020.

GODOY, A. Schmidt. **Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais**. RAE-Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v.35, n.3, p.20-29, mai. / jun. 1995. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf> > Acesso em 6 de abril de 2020.

GUERRA, Antonio Fernando S., ORSI, Raquel Fabiane Mafra. **Tendências, abordagens e caminhos trilhados no processo de formação continuada em Educação Ambiental**. Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient. ISSN 1517-1256, v. especial, dezembro de 2008. Disponível em < <https://periodicos.furg.br/remea/article/viewFile/3386/2032> > Acesso em 13 de setembro de 2020.

KOVALSKI, M. Luciane. **A perspectiva de ensino por pesquisa na formação inicial e continuada de professores: a bacia hidrográfica como tema de estudo**. Maringá, 2015. Tese (Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação para a Ciência e a Matemática), Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Maringá. Disponível em < <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/4560/1/000220553.pdf> > Acesso em 12 de outubro de 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1990.

LUEZUTE Kripka, R. M., Scheller, M., & de Lara Bonotto, D. (2015). **La investigación documental sobre la investigación cualitativa: conceptos y**

caracterización. *Revista De Investigaciones UNAD*, 14(2), 55 - 73. Disponível em < <https://doi.org/10.22490/25391887.1455> > Acesso em 6 de abril de 2020.

MORAIS, Vanessa de Lima. **Educação ambiental no contexto escolar: um enfoque interdisciplinar** R. Eletr. Cient. Inov. Tecnol, Medianeira, Edição Especial - Cadernos Ensino / EaD, e-5079 dez 2017. Disponível em < <https://periodicos.utfpr.edu.br/recit> > Acesso em 13 de abril de 2020.

SILVA, Antônio João Hocayen da. **Metodologia de Pesquisa: Conceitos Gerais.** Unicentro – Paraná, 2014. Disponível em < <http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/handle/123456789/841> > Acesso em 09 de abril de 2020.

PIMENTA, Lídia Boaventura (Editorial) **Plurais: Revista Multidisciplinar /** Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação Gestão e Tecnologia Aplicadas a Educação, 2017. Vol. 2, n. 3, ago./ Dez., 2017. Disponível em < <https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais> > Acesso em 6 de abril de 2020.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **PLANO DE AÇÃO E MAPEAMENTO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**, 2019 Disponível em < <https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/meio-ambiente/Plano-de-Acao-de-Educacao-Ambiental.pdf> > Acesso em 9 de maio de 2020.

_____. **Decreto nº 17.792, de 12 de junho de 2017. Comissão Municipal para os objetivos de Desenvolvimento Sustentável** Disponível em < <http://proposicoes.saojosedoripreto.sp.leg.br/Documentos/Documento/258465> >. Acesso em 08 de abril de 2020.

_____. **Decreto nº 18.124, de 28 de setembro de 2018.** Disponível em < <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/5292/leis-de-sao-jose-do-rio-preto?q=18124%2F2018> >. Acesso em 08 de abril de 2020.

_____. Secretaria da Educação. **Resolução nº 10/2017, de 17 de fevereiro de 2017.** Disponível em < https://riopreto.demandanet.com/smerp2010/porta1_doc/820.PDF > Acesso em 08 de abril de 2020.

_____. Secretaria da Educação. **Resolução nº 06/2019, de 27 de fevereiro de 2019.** Disponível em < https://riopreto.demandanet.com/smerp2010/porta1_doc/1413.PDF > Acesso em 08 de abril de 2020.

APÊNDICE A - Questionário sobre o desenvolvimento de Projetos Ambientais realizados em escolas

1. Qual o ano do Ensino Fundamental em que leciona neste ano?
1º ano
2º ano
3º ano
4º ano
5º ano

2. Há quantos anos leciona na rede municipal de São José do Rio Preto?
3. A Secretaria de Educação de São José do Rio Preto já ofereceu curso ou formação continuada com a temática ambiental para você?
SIM
NÃO
4. Você já fez algum curso com a temática ambiental por conta própria?
SIM
NÃO
5. A temática ambiental faz parte de suas aulas?
SIM
NÃO
6. Em quais disciplinas você aborda a temática ambiental?
7. Descreva uma atividade de Educação Ambiental que costuma realizar, caso realize:
8. Qual o tema ambiental mais difícil de ser abordado com a faixa etária em que você leciona?
9. Você recebe cobrança de superiores para que a Educação Ambiental esteja presente em suas aulas?
10. Esta cobrança é exercida por quem ou qual estrutura?
11. Você acredita que as Leis ambientais são necessárias?
12. Caso tenha sugestões ou dúvidas sobre a Educação Ambiental, comente: